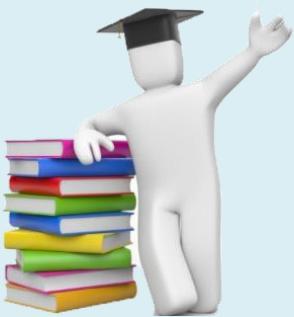


Texto 1

QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO BRASIL



Olá cursistas sejam bem vindos ao início do nosso curso “O SUAS E A QUESTÃO SOCIAL NO CAMPO” para refletir sobre o campo brasileiro, seus elementos, seus conflitos, seu modo de vida, demandas, lutas, enfim, seus aspectos, é necessário olhar para a história brasileira, visualizando na formação sócio - histórico do país esse espaço agrário. Nesse primeiro texto iremos apresentar uma introdução as particularidades da questão agrária brasileira, saibam que existem diversas formas de analisar a questão agrária

geral ou do Brasil, escolhemos trazer os estudos de autores que enfocam a economia política e a história. Mas fiquem a vontade para aprofundar pesquisando em outras áreas de conhecimento estudos sobre a evolução das classes sociais no campo, ou do desenvolvimento das forças produtivas ou do desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais.

Antes de apresentarmos como se constitui a questão agrária brasileira e sua inseparável relação com a concentração da propriedade fundiária na formação social e econômica do país, se faz necessário conhecer as particularidades e determinações do processo histórico brasileiro. Isso implica entender a natureza das condições do sistema capitalista, bem como as implicações da herança colonial na formação estrutural da nossa economia. Partimos do estudo das obras de autores que investigaram a formação econômica e social do Brasil, especialmente as obras de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Antônio Mazzeo e Octávio Ianni para entender como se dá o sentido da nossa formação colonial e como esta formação estruturou a organização social e cultural do país, materializada na concentração fundiária de terras e que condicionou a questão agrária que temos hoje no país.

O modo de produção capitalista surgiu, com início aproximado em meados do século XIII, a partir de um processo de desagregação do sistema feudal no continente europeu, quando situações históricas específicas pressupõem a transformação das suas relações de trabalho servis em trabalho assalariado, desenvolvendo o comércio e a manufatura, mediante o cercamento de terras comunais e da expulsão dos camponeses, propiciando assim o crescimento e o surgimento das cidades e dos polos industriais. Todo este processo é acompanhado de profundas mudanças na Europa como consequência direta do desenvolvimento de novas forças produtivas e de uma nova classe dominante – a burguesia – como propulsora de novas forças produtivas mediante o aparato jurídico-legal do Estado Moderno, enquanto um poder politicamente centralizado e que dá suporte e legitimidade jurídico-legal às atividades econômicas da burguesia comercial, materializadas no mercantilismo.

A partir do século XVI a Europa é marcada por uma fase de consolidação dos Estados Nacionais tendo na expansão marítima comercial o divisor de águas para a expansão de mercados e riquezas. Nesta direção, a expansão mercantil e a colonização de novas terras podem ser inseridas no processo de acumulação originárias de capitais, tendo as colônias como alavancas essenciais neste processo de concentração de riquezas. Com isso temos na colonização da América, e consequentemente do Brasil uma explícita e considerável expansão comercial do capitalismo, ou seja, ao chegar ao Novo Mundo juntamente com os colonizadores/conquistadores irá explorá-lo com o intuito de fornecer produtos aos mercados e centros produtores mais importantes.

No Brasil, a ocupação da terra, propriamente dita, é iniciada a partir de 1530, com a vinda de Martin Afonso de Sousa e com a instituição de capitâncias hereditárias mais precisamente em 1534. Esse modelo de distribuição de terras consistia numa enorme empresa do tipo mercantil onde, apesar do Estado garantir sua posse, todo o empreendimento era realizado por conta e sob responsabilidade do donatário¹. Tal risco seria compensado pela produção e exportação de mercadorias valiosas nos centros comerciais mais importantes do mundo. Nesta lógica, o Brasil participou como colônia que fornecia matéria prima para o abastecimento do comércio europeu, nas palavras de Prado Júnior, este é o sentido da colonização tropical de que o Brasil é uma das resultantes, e este autor explicará os elementos fundamentais, tanto econômicos como sociais da formação e desenvolvimento histórico do país e dos trópicos americanos no qual faz parte.



Segundo o autor Prado Júnior (1979) investigando a questão agrária no período histórico de meados da década de 1960, já explicitava que a questão central para o agravamento da questão agrária brasileira se dá mediante dois fatores indissociáveis: a) a concentração de terras e a grande propriedade fundiária nas mãos de uma parcela mínima da sociedade; b) a oferta de mão de obra barata oriunda de escravos e imigrantes. Tais fatores determinaram o processo de desenvolvimento econômico agrário no Brasil, uma vez que a grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento somado com a oferta de mão de obra para o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus.

¹ Os donatários na fase inicial de ocupação do Brasil, se responsabilizavam por determinado lote de terra da colônia com o objetivo de povoar, instalar culturas de exportação europeias e exercer a soberania em nome do monarca. Segundo o autor Prado Júnior (1979) eram pessoas que tinham pouca expressão econômica e social no reino, e o capital utilizado no processo de colonizaçãoproveio da maior parte de banqueiros judeus de Portugal e da Holanda.

É importante enfatizar que toda exploração colonial terá como base a força de trabalho escrava. Este motivo, talvez tenha colaborado para que, naquele momento ainda não existisse a constituição de uma identidade brasileira. Aliás, Prado Júnior (2006) afirma que foram três as raças que se constituíram como elementos irredutíveis na composição étnica do Brasil: o branco, preponderantemente, de origem portuguesa; o negro africano, que aqui chega na condição de escravo; e o índio, que se configura como elemento natural desta terra e que é considerado de forma marginal a sociedade.



No entanto, apesar das consideráveis diferenças que separam a estrutura social brasileira do passado, observamos que não ocorreu a superação inteiramente desse passado, os velhos quadros econômicos da colônia permanecem em seu elemento fundamental e essencial. A saber, a grande exploração agromercantil voltada para a produção de gêneros demandados pelo mercado. Ou seja, a terra continua sendo utilizada, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população.

Com isso, a persistência de homens e mulheres pobres no campo está diretamente relacionada à forma de exploração da terra, com o predomínio de grandes empresas agrícolas, que organizam sua atividade produtiva tendo como base o controle de vastas extensões de terra e a mobilização de grandes contingentes de mão de obra barata para produzir mercadorias em grande escala no regime de monocultura, que cristaliza o latifúndio e a supereexploração do trabalho como pilares fundamentais da vida econômica e social no campo. Assim, o núcleo da problemática da questão agrária brasileira encontra-se na relação umbilical entre a concentração da propriedade fundiária e a presença de um gigantesco exército industrial de reserva permanentemente marginalizado do mercado de trabalho. Veremos mais a diante como se constitui este processo.

A expressão, questão agrária “tem suas origens nos estudos de economistas políticos, voltados para a análise do desenvolvimento do capitalismo no meio agrícola” (STÉDILE, 1997, p.8). Os problemas agrários abrangem diferentes aspectos, entretanto um dos problemas que apresentam maior enfoque na contemporaneidade são os problemas advindos da propriedade e posse de terra. Esta problemática torna-se evidente quando a forma de distribuição de terra e o seu uso se apresentam como um empecilho para o abastecimento satisfatório da população e/ou para o progresso social e econômico de toda a sociedade. Prado Júnior (1978) destaca que a formação brasileira e a dos demais países da América Latina se constituem originalmente para atender aos países desenvolvidos, o processo de instauração do capitalismo no Brasil se deu pela via colonial, ou seja, através da dependência aos colonizadores e consequentemente aos países imperialistas. Desta maneira, o autor explicita a realidade brasileira situando-a como a de um país de capitalismo tardio, cuja questão agrária é decorrente do contexto de concentração de terras que se perpetua ao longo da história do país. A esse respeito Cavalcante (2007) destaca que:

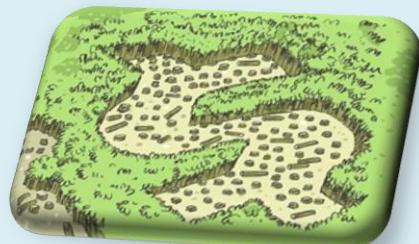
A forma como se deu a colonização do Brasil por Portugal, seguiu um padrão de distribuição de terras, marcado pela excessiva concentração, afinal a história nos mostra que a primeira forma de distribuição da terra brasileira, antes habitada pelos indígenas, foi o sistema de capitâncias hereditárias, pelo qual, a coroa destinava grandes extensões de terra aos donatários, tal padrão resultou em grave problema agrário, obstacularizando o progresso econômico e a distribuição da renda (CAVALCANTE, 2007, p.8).

Com isso, fica evidente que a problemática da questão agrária não é algo novo, já que esta é intrínseca a formação econômica, política e social do Brasil. Ao fazer uma leitura dialética acerca do processo de formação do capitalismo brasileiro é possível identificar as marcas da particularidade histórica de um país que compõe a periferia do mundo capitalista, e cujas características presentes no início da formação, a partir da colonização, ainda são evidenciadas nos dias de hoje.

A reflexão realizada por Prado Júnior (2000) ajuda-nos a entender melhor a intrínseca relação e complexa articulação entre os movimentos internos da sociedade brasileira e o mercado internacional. Outro ponto pertinente a ser destacado é o fato de o Brasil ter se adaptado ao capitalismo a partir da substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, configurando o que Coutinho (1989) denominou de uma complexa articulação de ‘progresso’ (adaptação ao capitalismo) e conservação (permanência de importantes elementos da antiga ordem), em um:

“Processo de desenvolvimento desigual e combinado, pois, na formação social brasileira sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos desencontrados e contraditórios, numa espécie de caleidoscópio de muitas épocas” (IANNI, 1992, p. 60).

Embora sob muitas divergências, segundo Stédile (2012) as bases produtivas impostas por Portugal ao Brasil, desde o princípio, estiveram calcadas em relações comerciais capitalistas. Logo, o Brasil já se inicia capitalista. Desta forma “O primeiro modelo de uso e posse da terra [...] foi o corte seletivo de pau-brasil, realizado pelos Tupinambás, em resposta à demanda do mercado externo” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2011, p. 4).



É importante perceber que o Brasil herdou de Portugal uma tradição econômica e cultural arcaica, pois, em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses conseguiram construir um país dotado de unidade territorial, linguística, religiosa e cultural. “Mas tinha também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista” (CARVALHO, 2010, p.18).



Portanto a histórica concentração fundiária guarda relação direta com a estratégia de ocupação do território colonial, desde o século XVI. Essa estratégia, que tinha por objetivo a exploração agrária para exportação, persiste com a independência política do Brasil e se estende pelos diversos governos até a atualidade. Com base nela, ocorreu o processo de ocupação humana no país, que, portanto, esteve diretamente implicado ao movimento do campo. Deste modo, os processos sociais, econômicos, culturais e políticos de formação histórica da sociedade brasileira encontra-se diretamente implicados à dinâmica do campo.

Essa e outras questões, serão abordadas nos próximos textos. Coloque suas reflexões no fórum e lembre-se de verificar as de seus colegas. Bons estudos!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAVALCANTE, Tatiana Maria Náufel. **Matizes da questão social revelados a partir da questão rural no Brasil.** Disponível em: <<http://portal.cjf.jus.br/cjf/banco-de-conteudos-1/matizes-da-questao-social-revelados-a-partir-da>>. Acesso em 25 Ago 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: **Dicionário da Educação do Campo.** CALDART, Roseli Salete et al. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. **Questão agrária no Brasil.** São Paulo, Atual, 1997.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. WELCH, C. A. GONÇALVES, E. C. **Questão agrária e disputas territoriais no Brasil.** Presidente Prudente, 2011, mimeo. 43 p.

IANNI, Octavio. **A ideia do Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil.** São Paulo, Editora Ática, 1988.